

É assustadora a desfaçatez de um grande número, se não da maioria, dos membros do Congresso Nacional, ontem tão flagrantemente demonstrada, ao rejeitar o veto do presidente Itamar Franco ao projeto que propõe a equiparação dos proventos dos parlamentares aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em um momento em que a sociedade brasileira protesta contra a inoperância de deputados e senadores, que só trabalham um dia e meio por semana, recusando-se a dar quórum para que questões de grande interesse nacional possam ser encaminhadas, os representantes do povo encontram um tempinho para derrubar, por 296 votos contra 54, o veto presidencial à proposição que aumenta em 35% os seus salários, fixados em CR\$ 3,851 milhões, que correspondem, em 16 de março, a 4.852 URV.

O presidente Itamar, ao apor o veto, agiu coerentemente, uma vez que o programa econômico de seu governo incorpora entre suas premissas a de que os salários dos trabalhadores, convertidos em URV pela média dos últimos quatro meses, não sofrerão perda. Se o Congresso aceita ou não esse raciocínio, não o disse votando a Medida Provisória nº 434, a

Congresso trabalha para sua remuneração

caminho de ser reeditada por não ter sido ainda objeto de deliberação por parte do Parlamento. Por via das dúvidas, o Congresso se autoconcedeu uma bonificação.

Note-se que estamos falando de vencimentos sem "fringe benefits". Como todos sabem, além da franquia postal de que usam e abusam, os congressistas têm direito a passagens aéreas para deslocar-se a seus estados, auxílio-residência e ajuda de custo, a títulos diversos, para que desempenhem as funções para as quais foram eleitos. O que, pelo visto, a maioria dos parlamentares não se dispõe a fazer.

Sim, há notáveis exceções. Há deputados e senadores que trabalham com afinco nas comissões e que não deixam de estar presentes em plenário, não na sala do cafezinho, quando se trata de discutir e votar questões relevantes. Apesar desses abnegados, o Congresso vem descambiando para uma espécie de corporação de eleitos que só demonstram preocupação especial com os seus próprios interesses.

É estranho também que alguns parlamentares, tão ciosos das prerrogativas da instituição a que pertencem, livre para criticar o que quiser, sejam tão suscetíveis a críticas que lhes são feitas pela imprensa e os meios de comunicação em geral. Vimos, há pouco, a ridícula tentativa de processar a apresentadora de televisão Hebe Camargo por ter chamado de "vagabundos" os congressistas omissos. Em boa hora, o procurador-geral da Câmara, deputado Vital do Rego (PDT-PB), que ameaçou processar por calúnia a apresentadora, desistiu da idéia. Além de dar vazão a um sentimento de milhares de eleitores, como mostraram as inúmeras mensagens de solidariedade que recebeu, Hebe Camargo teria a oportunidade de comprovar na Justiça que não caracterizou de forma infiel o comportamento de grande parte dos deputados e senadores.

Reconhece-se que, lá de vez em quando, o Congresso Revisor resolve alguma coisa fora das sessões de quarta-feira. Na última terça,

por exemplo, deliberou manter o voto obrigatório, essa estranha singularidade nacional. Muitos parlamentares podem assim ter votado em nome de seus princípios, mas não é exagero supor que um forte pelotão optou pela compulsoriedade de votar julgando que ela pode mais facilmente devolver-lhes os mandatos nas próximas eleições. Ledo engano. Hoje, mais do que nunca, o povo está de olhos pregados no Congresso e sua decepção aumenta na medida em que este mais reluta em decidir, o que é hoje motivo de franca suspeição. Seria apenas por comodidade que os processos de cassação dos parlamentares acusados pela CPI do Orçamento andam tão lentamente?

Quanto à bonificação aos subsídios, a história ainda não acabou. Como a decisão de ontem foi tomada sem haver número suficiente de senadores presente à sessão bicameral, o veto deve ser examinado também pelo Senado. As claras, como impõem as regras democráticas, o que o Senado deve responder à Nação é simples: os parlamentares ganham muito ou pouco pelo penoso, estressante e monótono trabalho que lhes cabe realizar e que não realizam?